



# Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1.980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 83.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1.980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados José Tavares e João Elísio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo P. Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque): Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

Sob o n.º 46/80, do Sr. Governador interino do Estado, encaminhando cópia autêntica do termo de re-ratificação, datado de 25 de junho de 1.980, do Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1.979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de APU-CARANA, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 47/80, do Sr. Governador interino do Estado, encaminhando cópias autênticas do Convênio datado de 12 de dezembro de 1.979 e de seu primeiro termo de re-ratificação, de 25 de junho de 1.980, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 48/80, do Sr. Governador interino do Estado encaminhando cópia autêntica do termo de re-ratifi-

cação, datado de 25 de junho de 1.980, do Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1.979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Município de CASCAVEL, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. Ao Departamento Legislativo.

n.º 49/80

Curitiba, 07 de agosto de 1.980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar, até 30 de setembro de 1.982 (hum mil novecentos e oitenta e dois), os efeitos da Lei n.º 6.547, de 06 de junho de 1.974.

Face as Leis n.ºs 6547/74, 6677/75, 6942/77 e 7054/78 a aplicação das restrições de remuneração prevista no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 03 de junho de 1.973 (Código de Vencimentos da PMEP) é inaplicável, até 30 de setembro do corrente ano, aos policiais militares que estiverem no exercício das funções que especifica.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Assembléia de Leis é oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições a fim de que os Órgãos da Polícia Civil do Estado possam, por algum tempo, continuar contando com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

A Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1.973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais o Policial Militar quando em exercício de funções fora da Corporação pode perder direito à percepção de remuneração. Assim, para que as atividades da Polícia Civil não sofram o impacto da redução de seu atual contingente de pessoal, é que se propõe a medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei prorrogando os efeitos da Lei n.º 6.547/74, a fim de permitir que Policiais Militares continuem colaborando com a Polícia Civil por mais dois anos.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, e solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador em exercício

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Ficam prorrogados até 30 de setembro de 1.982, os efeitos da Lei n.º 6.547, de 05 de junho de 1.974.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Departamento Legislativo

#### Requerimentos

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata um voto de repúdio à catastrófica política cafeeira que vem sendo desenvolvida

pelo IBC, principalmente no que se refere às cláusulas de garantia de preço constantes dos contratos assinados no princípio do ano com companhias estrangeiras, bem como no que se refere ao confisco cambial.

Requer, ainda, que com a aprovação deste, sejam encaminhadas cópias ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Conselho Monetário Nacional e aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Planejamento, da Agricultura, da Fazenda e da Indústria e do Comércio.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1980.

a) PINTO DIAS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a Constituição de uma Comissão Especial para Investigar as possibilidades energéticas atuais e as alternativas suplementares do Estado do Paraná, com o propósito de conhecer e dimensionar as fontes energéticas existentes, seu estudo e aproveitamento, no interesse de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1980.

a) DENI SCHWARTZ

APOIAMENTO: Nestor Baptista, Nelson Friedrich, Renato Bernardi, Fiori Luiz, Cyro Martins, Paulo Camargo, Edilson Alencar, Pinto Dias, Lázaro Dumont, Darcy Deitos, Lineu Tura, Fidelcino Tolentino, Trajano Bastos, Airton Cordeiro, Jurandir Messias, Nilso Squarezi, Palácios, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, José Tavares, Waldyr Pugliesi e Dácio Leonel.

#### JUSTIFICATIVA:

Os recursos hídricos para a implantação de usinas hidrelétricas em nosso Estado já estão sendo analisados e projetados em planos e programas; e embora seja necessário maior conhecimento público dessas potencialidades e seu melhor aproveitamento estão sujeitos a uma programação que antecipa nosso uso. Sobre outras formas de energia, o conhecimento é ainda muito restrito e nem sempre submetido à apreciação de setores da sociedade que poderiam dar maior contribuição em planos, projetos e programas. É o caso da energia dos tubérculos, cana, mamona e sorgo, para não citar recursos minerais como o xisto e o carvão.

Falta-nos, como a toda a sociedade, uma visão de conjunto e de prioridades que permitam maior participação paranaense no estudo e nos programas energéticos, permitindo que se possa distinguir, sem exclusões, os interesses paranaenses e nacionais, na efetiva representação dos altos interesses do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 16/80, de sua autoria, que visa denominar a usina de Foz do Areia, em nosso Estado, conforme específica.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1980.

a) JOÃO ELÍSIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná solicitando providências quanto a segurança no Município de Campo Mourão, que tem a sua frente o Bacharel Emílio Sworeck.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão município com aproximadamente 130.000 habitantes, dos quais 70.000 habitam na sede do mesmo, está inseguro com o número de assaltos, roubos, fugas de presidiários e outros delitos que lá vem ocorrendo.

Daí nossa solicitação para que a Secretaria de Segurança diligencie no sentido de apurar esses fatos e tomar providências para que aquela comuna paranaense saia do clima de intranquilidade que toma conta de todos.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 106/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública tem por finalidade colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos e tecnológicos a serem estabelecidos pelas unidades da Fundação; promover cursos, simpósios, seminários, conferências, congressos e estudos que visem a melhoria do ensino e que contribuam para a maior capacitação técnica da comunidade.

Isto exposto, apresentamos o presente Plano de Lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Pedro Alcântara de Souza, Presidente da Associação dos ex-Prefeitos do Paraná, bem como do Sr. Prefeito Geraldo Batista Chaves, do Município de Cêu Azul.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou proceder a leitura de um artigo publicado no jornal "A Tribuna da Cidade", da cidade de Apucarana, ocorrido no dia 12 de junho de 1980. Cujas manchetes são as seguintes. (Lê):

"DURSKI CONSIDERA LAMENTÁVEL

ACUSAÇÃO DE DEPUTADO NA CPI

O delegado chefe da 17.ª SDP, Rubens Pereira Durski, considerou lamentável a acusação feita pelo Deputado Estadual José Tavares, do PMDB-PR, feita na CPI sobre violência urbana, do Senado, quando anunciou a existência de corrupção em toda a Polícia do Paraná.

Para Durski, houve injustiça por parte do Deputado que já foi também delegado de Polícia em Londrina. "Eu não estou dizendo que todos os delegados são honestos, mas tenho certeza que maioria é honesta, principalmente os delegados de carreira, que são profissionais", afirmou o delegado apucaranaense.

Segundo ele, "Tavares é um magoado. Brigou com o governador, e saiu da Polícia. Agora vive criticando seus próprios ex-companheiros de trabalho, sendo que até trabalhamos juntos".

Lembrou que a Diretoria da Polícia Civil e as Inspetorias das regiões Norte, Oeste, Centro e Sul, investigam todas as atividades e comportamento dos delegados, e qualquer erro é

passível de punição.

Por outro lado, destacou que a Polícia Civil do Paraná nunca esteve tão bem dotada como está atualmente. "Ela está mostrando sua nova faceta. É uma fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento material e humano.

Hoje podemos afirmar que nosso Estado tem uma das melhores Polícia Civil do País", concluiu."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é estranho que um delegado venha, através de um jornal da cidade de Apucarana, opor, contestar afirmações que fizemos na CPI da Violência no Senado Federal; principalmente, quando vem dizendo que a Polícia do Paraná, na sua grande maioria, é composta de policiais honestos e incorruptíveis.

É engraçado ouvir isto exatamente de um delegado, que está envolvido num crime de extorsão, ocorrido há dois meses naquela cidade, cujo crime fora denunciado pelo Deputado Scarpelini, quando o delegado de Apucarana, este mesmo cidadão que deu esta entrevista à "A Tribuna da Cidade", para liberar quatro elementos da família Ferreira, de Londrina, exigiu juntamente com o advogado Ari Costa, 500 mil cruzeiros para soltar aquelas pessoas.

É lamentável que a Polícia do Paraná, numa cidade como Apucarana, importante polo regional, onde tem inclusive um batalhão do Exército, possa estar envolvida numa vergonhosa e lamentável extorsão de quinhentos mil cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando venho à tribuna para falar da Polícia do Paraná, normalmente o faço estribado em provas veementes. E eu tive a oportunidade de ouvir uma gravação de quase duas horas, feita pelo Deputado José Domingos Scarpelini, com um dos irmãos da família Ferreira, que fora vítima de prisão, em Apucarana, e onde o delegado exigiu para soltá-los, quinhentos mil cruzeiros.

Trata-se de um fato gravíssimo e não posso admitir, como até a presente data, o Sr. Secretário da Segurança do Paraná, o Sr. Diretor da Polícia Civil, não tenham tomado sequer alguma providência para apurar as denúncias que o Deputado Scarpelini e que este Deputado fez através da imprensa, no Norte do Paraná.

A Lei 6174, que é o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, em seu artigo 306 diz o seguinte:

"A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público estadual, ou de faltas funcionais, é obrigada, sob pena de se tornar co-responsável, a promover de imediato sua apuração.

O Sr. Secretário de Segurança do Paraná e o Sr. Diretor da Polícia Civil, são co-responsáveis, nos termos da lei, por esta omissão. Para mim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a omissão das autoridades neste País é o pior de todos os males que afligem esta Nação. Quando o cidadão, pelo menos, toma uma posição, contrária ou a favor, é louvável até a sua postura. Mas a omissão é o pior dos cânceres que afligem esta administração neste País. E o Sr. Secretário, mais uma vez, e o Sr. Diretor da Polícia Civil, mais uma vez, têm se calado, têm silenciado, diante de acusações gravíssimas, extorsão e roubo; e roubo mediante violência contra a pessoa. E foi o que o delegado de Apucarana fez há dois meses naquela cidade.

Espero que após formalizar esta denúncia através desta tribuna, haja uma resposta, porque isto já o fizemos através da imprensa, por várias vezes e ninguém veio se defender. Existe um ditado popular que diz o seguinte. "Quem cala consente". Eu participando de um programa de televisão em Londrina, assim que o Deputado Scarpelini levou os fatos ao meu conhecimento — porque além do mais o delegado de Londrina, Nathel Gomes de Oliveira, foi o intermediário, entre o delegado de Apucarana, Rubens Durski e a família Ferreira, para a devolução dos quinhentos mil cruzeiros assim que eu ouvi a gravação feita entre o Deputado Scarpelini e o Sr. João Ferreira, a pessoa que deu os quinhentos mil cruzeiros para o delegado e o advoga-

do, eu ouvi textualmente, daquele cidadão: "olha Deputado Scarpelini, eu agradeço porque se não fosse o senhor denunciar eu não teria recebido os meus quinhentos mil cruzeiros".

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, espero que depois de ter formalizado esta denúncia, aqui da tribuna, o Sr. Secretário de Segurança do Paraná e o Sr. Diretor da Polícia Civil acordem de uma vez por todas, do silêncio da omissão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa registra com satisfação a presença dos Srs. Vereadores Roberto Maffei e Pedro França, da cidade de Janiópolis.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Neste tempo mais de desesperanças do que de euforias, acredito que devemos sepultar solenemente o "Milagre Brasileiro". Não apenas como um ato simbólico, mas como uma decisão política, que pode abrir o entendimento nacional e promover a conciliação de que tanto se tem falado neste País.

Creio que é hora de fazer balanços mais sérios sobre a realidade brasileira. O retrato sem retoques, nem meias tintas. Retrato que amplos setores da sociedade brasileira vinham traçando desde há muito. Retrato que setores da situação começaram a desenhar e foram impedidos, entre os quais citemos ao acaso, Magalhães Pinto, Teotônio Vilela, Rafael de Almeida Magalhães, Severo Gomes, Karlos Rischbieter.

A política oficial insiste em atribuir à conjuntura internacional as nossas dificuldades, porém o quadro que se está já se vinha delineando desde 1973 com maior clareza. Todos os países desenvolvidos conheciam os perigos da crise mundial e foram adotando medidas para atenuar seus efeitos internos.

A truculência do governo Médici e a incompetência e corrupção do governo Geisel não tiveram que responder a ninguém sobre o que estava sendo feito e o que deveria ser feito. Não tinham tempo e nem responsabilidade perante a Nação para pensarem e adotarem medidas de resposta à crise. Ao contrário, pensavam que podiam passar a todos a imagem de um grande milagre, criativo e capaz de vender o "know-how brasileiro da malandragem econômica e da violência política, como a grande contribuição brasileira para modelos da formação do Produto Interno Bruto e da estabilidade político-social.

Nossos tecnocratas querem obter o "habeas-corpus" sem julgamento, através da mistificação e da propaganda maciça. Querem enganar a opinião pública de que fizeram um excelente trabalho no Brasil; mas que o acaso, o eventual, o acidente, o imponderável "problema internacional", veio atrapalhar os gênios tupiniquins.

Não pretendemos apenas ficar debruçados sobre estas questões nacionais, porém sem a compreensão do que ocorreu e ocorre a respeito não poderemos ter a visão crítica de nossa situação. Para nós, o modelo econômico perverso que aí está e que nos foi imposto à baioneta, somente poderia desaguar nesta situação de crise e inviabilidade econômica, social e política. As oposições sempre disseram isso; setores conscientes da situação vieram somar-se a essas denúncias.

O que chamaram "milagre brasileiro" foi a poupança forçada de milhões de brasileiros reduzidos à miséria crescente, para a expansão das multinacionais e das oligarquias nacionais. No começo, a "magia econômica" de alargamento de mercado, implicava na expansão dos créditos para compra de bens, seduzindo todos os que necessitavam de bens industriais até então fora de seu alcance. Nesse progresso, setores intermediários da sociedade também se regalarão, tanto com os créditos como com a elevação de seus rendimentos, em cima do arrocho salarial e da expropriação de terras.

O ano de 1974 deu o primeiro grande sinal de mudança, porém não foi entendido e o governo preparou novas felipetas — sistema de rotação de capitais através de novas poupanças — que

parecendo descomprimir os créditos, só fez aumentar a crise.

E agora estamos assim: o governo reconhece a falência, mas a chama de crise conjuntural, o empresário reconhece a crise, mas a qualifica de falta de crédito; e os trabalhadores reconhecem a crise, porém grande parte diz que é apenas falta de salário.

Nesta hora, começa a evidenciar-se o terrível grau de corrupção que deteriora a confiança em todas as medidas do governo. Além da ilegitimidade do governo, e da pequena representatividade do Congresso, há uma enorme crise de confiança. O governo se faz de austero, mas o povo não crê. Nós nos dizemos representativos, mas o povo nos responsabiliza pelos atos e incoerências do governo. E para sepultar o "milagre brasileiro", conscientemente, é preciso sepultar a famigerada "Doutrina de Segurança Nacional". À incompetência e corrupção dos economistas da tecnocracia, correspondem a incompetência e falta de patriotismo dos geopolíticos encastelados na Escola Superior de Guerra. Uns e outros a serviço dos interesses das multinacionais e das oligarquias que estão saqueando este País.

Para que encontremos a conciliação nacional é absolutamente necessário rever criticamente a situação atual do Brasil e analisar as causas que nos trouxeram ao desespero social e econômico, ao colapso político através da grande crise nacional de confiança.

Temos ouvido, nas últimas semanas, muitos apelos à unidade nacional, à conciliação necessária. E aqui mesmo, nesta Casa, se esboça um entendimento sobre as questões econômicas e sociais, no interesse do Estado e da Nação; e embora tímidos, são reveladores das preocupações que todos temos.

Somos inteiramente favoráveis aos esforços que se estão promovendo no sentido de mobilizar a Nação como um todo para resolver os problemas brasileiros. Contudo, isto só será possível, se enterrarmos de vez este modelo execrável: modelo econômico, social e político. O Brasil não é compatível com a repressão política, a concentração de rendas e o arrocho salarial, que são a substância da Doutrina de Segurança Nacional que fundamenta o Estado de Polícia contra o Estado de Direito."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A imprensa alternativa – ou "imprensa nanica" – é um fenômeno típico da etapa monopolista do capitalismo; isso quer dizer que, na medida que a empresa jornalística perde seu caráter difuso para se concentrar, em forma de grandes conglomerados, em mãos de poucos proprietários, surge a oposição dos jornalistas que, em geral, reunidos em pequenos grupos com poucos recursos financeiros, decidem criar seus próprios jornais. O monopólio sobre as empresas de comunicação (a exemplo do que ocorre em qualquer tipo de empresa industrial ou comercial na etapa desenvolvida do capital) correspondente ao monopólio também da informação, e à sua conseqüente manipulação de acordo com os interesses da empresa. Daí a resistência dos jornalistas à grande empresa jornalística.

Como se manifesta o problema no Brasil? A partir do início dos anos 60, o capitalismo avança a passos largos no Brasil. Com a tendência à concentração do capital nas mãos de poucos grupos, morrem no Brasil inúmeros jornais. Os grupos JORNAL DO BRASIL, O ESTADO DE SÃO PAULO e O GLOBO passam a ser praticamente os únicos informantes no Brasil; além da sua circulação nacional em grande escala, essas empresas funcionam também como agências noticiosas que vendem informações para qualquer jornal do País; compara-se hoje, por exemplo, um exemplar de "O POPULAR", de Goiânia, com "O LIBERAL" de Belém do Pará ou a "GAZETA DO POVO" de Curitiba e notícias nacionais serão as mesmas, com a mesma redação

e variando apenas nos títulos. Isso confirma o controle, o monopólio da informação, por esses grandes grupos.

Como surge a imprensa nanica no Brasil? Pelos anos 70, exatamente à época do governo Médici, a censura à informação – baseada no AI-5, na Lei de Imprensa, na Lei de Segurança Nacional e outros tantos dispositivos institucionais – marcou um dos períodos mais negros não só na vida política e social, mas também na vida cultural do País. Toda a grande imprensa passa a sofrer uma censura violenta; é certo que, fundamentalmente, os interesses dos grupos empresariais, no caso, não diferiam dos interesses que iam por trás de tanta censura. Mas a grande imprensa perde, com a censura, seu caráter de divulgador de informações e o país mergulha numa verdadeira "idade das trevas". (O mesmo que acontece com a imprensa ocorre com o teatro, a música, a educação em geral etc.)

Para fazer frente a essa carência de informações, surge, nessa época, "O PASQUIM", reunindo um grupo de jornalistas cariocas, que através da piada e da sátira, exercem a crítica a toda essa situação. Para se ter uma idéia das dimensões de "O PASQUIM" nos seus primeiros anos, basta ver que sua tiragem era de 400 mil exemplares; era realmente uma tiragem de grande imprensa. Vale lembrar que "O PASQUIM" sobreviveu sempre às custas de recursos de seus jornalistas, no esquema de uma pequena empresa.

Paralelamente à experiência de "O PASQUIM" um grupo de jornalistas de São Paulo, decide estender uma nova vertente na imprensa nanica, criando um jornalismo mais político e mais conseqüente. Esse grupo de jornalistas paulistas se formara e amadurecera sua idéia de um novo jornal dentro da revista "REALIDADE", nascida com objetivos de ser uma imprensa de grandes reportagens e de uma linha mais independente que as outras publicações da Editora Abril. Mas, como sempre, os interesses da empresa prevaleceram.

A idéia original desses jornalistas era criar uma estrutura de jornal que independesse de um empresário; um jornal é um investimento altíssimo, e todas as alternativas pensadas na época (1972) foram frustradas. Então, decidiram aceitar a oferta do empresário Fernando Gasparian, um conhecido defensor de nacionalismo, de sustentar o jornal. Desse projeto nasceu "OPINIÃO".

O proprietário sabia desde o início que teria que injetar muitos recursos em um jornal deficitário, pois sem a expectativa de anúncios publicitários (não que o jornal os recusasse, mas é que a linha de oposição afasta naturalmente os anunciantes), não haveria como esperar que ele ao menos se auto-sustentasse. A venda em bancas não chega a pagar os altos investimentos de um jornal ou revista; no caso de "VEJA", por exemplo, sabe-se que a revista quando chega nas bancas está praticamente paga. O que entra com a venda da revista nas bancas é lucro (daí inclusive, porque os anunciantes tem prioridade em relação ao leitor).

Ainda com essas limitações, "OPINIÃO" foi levado à frente. Praticamente durante um ano, houve uma convivência pacífica entre os jornalistas e o proprietário, desde que este aceitava que todas suas decisões fossem discutidas pelo grupo da redação. Mas a uma certa altura da situação política nacional, começaram a se manifestar as diferenças ideológicas entre o empresário e os jornalistas, que viriam a resultar numa ruptura, no ano de 1975. O grupo original desligou-se de "OPINIÃO" e voltou a estudar sua antiga idéia de fazer um jornal só de jornalistas.

Várias experiências européias foram estudadas então, experiências de cooperativas de jornalistas – testadas na França – e acabou-se optando por uma estrutura calcada numa sociedade acionária.

Estipulou-se o "quantum" necessário para soltar o jornal. Na época, 1975, girava em torno de cem mil cruzeiros. O grupo de jornalistas criou uma empresa, a EDIÇÃO S.A., para gerir os

negócios do jornal.

Foi eleita pelos próprios jornalistas uma comissão de onze membros diretores. E iniciou-se a venda de ações do jornal, o "MOVIMENTO". Essas ações não ultrapassavam o valor unitário de cinco mil cruzeiros para evitar um controle acionário por uma mesma pessoa ou grupo. Os resultados, no início, foram muito além das expectativas. De imediato, obteve-se a adesão de profissionais liberais, estudantes, jornalistas da grande imprensa, empresários nacionalistas etc.

O primeiro número de "MOVIMENTO" foi às bancas já em julho de 1975, três meses após a ruptura com "OPINIÃO"; este último reuniu uma nova equipe de jornalistas e continuou saindo também. Já então eram três os jornais "nanicos" no Brasil.

"MOVIMENTO" sofreu um golpe rude logo de início, com a decretação da censura prévia desde o seu primeiro número, o que determinou uma grande limitação e um conseqüente afastamento dos leitores. Nos dois primeiros anos, as vendas do jornal sofreram uma queda constante; de 20 mil exemplares, a tiragem foi sendo reduzida constantemente e, atualmente, as vendas ficam em torno de cinco mil exemplares. Com isso também, vão crescendo as dificuldades financeiras e muitos jornalistas vão se afastando por não poderem se dedicar em tempo integral ao jornal com salários muitas vezes inferiores ao do mercado".

Os salários eram os mínimos possíveis. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Esse aspecto até certo ponto histórico da imprensa alternativa mais recente no País, exatamente, estamos fazendo para dizer que, hoje, quando temos uma gama enorme de chamados "nanicos", alguns de circulação nacional mesmo, como por exemplo, o próprio jornal "Movimento em Tempo", este surgido de dissidência com os próprios jornalistas do jornal "O Movimento" e dezenas de outros de circulação restrita, a imprensa alternativa, segue seu rumo e alcança um íbope extraordinário, face à respeitabilidade que conseguiu junto ao povo leitor do Brasil.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais poderíamos falar sobre a imprensa alternativa. Basta dizer que exatamente, se ela nasceu em função da presença do capitalismo monopolista que também se começou a se fazer presente nas grandes empresas jornalísticas. E, se a afirmação definitiva da imprensa alternativa aconteceu, sob o julgo da violenta repressão, na censura absoluta, é de fundamental importância que nós possamos hoje, entender o porquê, que essa mesma imprensa passa a receber a censura direta e indireta, através da violência que passou a acontecer em todos os lugares e que inclusive se repete também em nossa Capital.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Depois de 1978, o Brasil passou a ter dezenas de periódicos da imprensa alternativa. Poderíamos destacar "O Jornal", "O Trabalho", "O Companheiro", "Tribuna da Luta Operária", "Voz da Unidade", "Hora do Povo", "Repórter", "Paraná Repórter", "Jornal do GDA", "Correio Sindical", e tantos outros, muitos inclusive, com circulação restrita a Estados tão somente.

E, se a violência que se abateu sobre este País, durante todos esses anos, e que teve na imprensa alternativa, um dos alvos primeiros e de forma incisiva, não se cansa a violência no País. E agora, a censura que se fazia na redação, ou na impressora, se faz diretamente, ameaçando-se os proprietários de bancas, violentando-se tantas liberdades num só instante e por este motivo, nós também viemos à tribuna. Porque estarecidos os brasileiros assistem, de um lado, a liberdade de opinião sendo esmagada, violentada, em todos os recantos do Brasil. A liberdade de imprensa também é atingida no seu nascedouro, atinge o proprietário, atinge o jornalista, atinge o proprietário da banca, o jornalista. E o direito de informação, a liberdade de informação do povo brasileiro também é surrupiada, é violentada.

E, como se não bastasse, a ausência que se pretende impingir no País, na liberdade de opinião, na liberdade de imprensa, na liberdade de informação, também agora, chega-se a auge e se atinge o livre exercício profissional, quer do jornalista, quer do proprietário da banca de jornais e revistas.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Esta censura que direta e indireta, que tem agora, o terrível contorno da violência precisa de uma resposta aqui e agora das autoridades maiores deste País.

Nós poderíamos, neste instante, indagar à Direção desta Casa, aos Deputados da maioria que representam o Governo, que representam a estrutura de Poder, a todos os Membros do Legislativo, a imprensa presente, a quem efetivamente interessa a onda de atentados que agora convaradamente se dirige aos proprietários de bancas de jornais neste País. A quem interessa?

E neste quadro é que deve se chamar a responsabilidade a todos e a cada um, porque o Estado como um todo, com o aparelho repressivo que possui, aparelho este intacto precisa responder aqui também como se coloca ante esta situação. Este aparelho repressivo, os boicotes da vida que proliferaram neste País, que prenderam, torturaram, assassinaram, que tantos males causaram a tantos brasileiros, todo este aparelho repressivo que desbaratou segundo o Poder oficial neste País toda a subversão que existia, inclusive a chamada subversão violenta da própria guerrilha.

É preciso que neste instante nós possamos dizer alto e a bom som, que o Governo é co-responsável a todo instante e toda a hora por esses lamentáveis fatos que estão se proliferando no País. Porque é inadmissível que o aparelho da Polícia tão pródigo e célere no investigar e apurar a responsabilidade das chamadas subversão da esquerda, não tenha alguma potência e capacidade para ser acionada quando a direita usa a abusos e as violências são praticadas no dia claro ou na calada da noite.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Assembléia Legislativa assiste um doce dormir de um projeto de um Deputado pe-emedeibista solicitando a extinção do DOPS. Não sabemos se por medo, por conveniência ou porque interesses este projeto está, como disse, adormecido em gavetas desta Casa. Mas esse mesmo DOPS, que tem aqui um projeto pedindo a sua extinção, porque ou há liberdade ou não existe; ou há democracia ou não há. Prova-se aqui e agora de que a sua existência já não há mais razão de ser. Ou por acaso as forças para-militares deste País estão presentes e as suas autoridades estão fechando os olhos para que a sua ação continue de uma maneira clara e sem punidade? É a grande interrogação que damos.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência prega para o deserto. Eu quero ver a indiferença dos políticos brasileiros continuarem quando suas casas começarem a pegar fogo. Quando neste País um novo Lamarca aparecer. Quando neste País os políticos com o seu fracasso já decretado não acharem vias pacíficas para resolverem seus problemas.

Algum tempo atrás desta mesma tribuna inúmeros Deputados verberavam contra a Itaipu. Foi necessário reunir colonos e, praticamente, ameaçarem invadir Itaipu, para resolver o problema. O mesmo já havia acontecido com as notas promissórias rurais.

Esta Casa é omissa quando, no Paraná, a Polícia é obrigada a retirar, com força militar, homens que invadem terras particulares no Oeste do Estado, no Sudoeste do Estado, e esta Casa é omissa, o Governo é omissa. Quando se pede Reforma Agrária, não se faz, mas quando começa o tiroteio, aí aparece que cai a casa.

O que adiantarão os postos de segurança, tão decantados por este ineficaz Secretário de Segurança, se amanhã a segurança

não poderá ser feita, com novos Lamacas, e com toda a razão novos Lamacas aparecerem, aí estará na hora dos políticos dizerem que está tudo perdido.

É de se perguntar se alguma vez, neste País, e neste Estado, se descobriram os homens da direita, terão sido presos aqueles que seqüestraram a professora Iracilda aqui, em Curitiba? Quando se constatou que a camionete que a carregou era da Polícia Federal? Não. E nós silenciámos.

Agora, novamente no silêncio dos políticos, estes acovardados do País, vemos a violência recrudescer. E parece que só a violência resolve as coisas; é através da violência que o colono resolve seus problemas e talvez tenha que acontecer que através da violência que os homens das bancas resolvam seus problemas. Porque o acovardamento é geral. O acovardamento é dos donos da grande imprensa. Mas quando nas suas portas, eles também tiverem o terrorismo, aí terão que apelar, porque não esqueçam os homens da grande imprensa, que assim como hoje censuram o que posso ler, talvez amanhã, eles também sejam censurados no que podem escrever. Que não se acovardem os jornalistas, porque amanhã talvez não tenham para quem escrever, serão também atemorizados naquilo que escrevem. Não só os homens das bancas que estão hoje ameaçados. Está principalmente ameaçado o meu direito como cidadão, de ler o que quiser e se amanhã o dono do cinema tiver sua casa de diversão depredada, porque alguém ache que tal filme não deva ser apresentado, e se amanhã uma rádio não puder apresentar uma música porque alguém acha que não deve, aí o acomodado Secretário da Segurança deste Estado, e esta acovardada e acomodada classe política deste Estado, talvez acorde de seu sono eterno e resolva defender a liberdade. Não a liberdade do homem da banca, não a liberdade do jornalista ou do dono da imprensa, mas sim a liberdade de todo o cidadão, a liberdade que tenho de ler o que quero; sem a censura de marginais, para os quais o Governo está sendo conivente, porque nunca encontrou um, nunca colocou na cadeia alguém que tenha tentado fazer censura a seu modo, através de meios não legais.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Deputado Deni, seu aparte, de extraordinária valia, é uma radiografia em preto e branco, por mais acre que possa ser, desta realidade que aí está. Impassivos, muitos assistem à tudo isso, como se nada tivessem a fazer. Até que de repente, realmente, não sejam mais as bancas a serem atingidas, mas os seus filhos, os seus lares e as suas esperanças. Porque sabemos que, na verdade, quem está por trás disto são os mesmos que já estiveram no auge da tortura e da repressão neste País.

Hoje mesmo, na coluna do jornalista Carlos Chagas, ao final um comentário retratando uma passagem do País realmente interessante ...

O Sr. Fiori Luiz — Um aparte, nobre Deputado?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

"Eu avisei; na próxima" Diz o colunista. "E o Governador de São Paulo, o Engenheiro Paulo Egidio Martins e após a explosão de uma bomba na sede do CEBRAP, com as investigações e arrastando sem nada revelar, ao menos de público, chega ao Palácio Bandeirantes, o então Ministro Severo Gomes". E aí o diálogo: "— Como é, Paulo, nada? Você tem que fazer alguma coisa; apurar, responsabilizar. A impressão lá em Brasília é muito ruim."

E o governador de São Paulo diz: — "Sr. Ministro, está tudo sob controle. Não acontecerá mais." E o Ministro Severo Gomes volta a indagar: — "Como você pode estar tão certo disso, se não prendeu ninguém? Diz o Governador do Estado de São Paulo: — "Ora, Severo, o Erasmo já telefonou para eles; mandou que parassem com tudo e avisou que da próxima irá prendê-los. E prende mesmo."

Ministro: — "Você acha que se arriscarão ao vexame de uma prisão?"

Será que um diálogo igual a este está se realizando hoje com o Governador do Estado do Paraná? Com o Presidente da Assembléia? Com a maioria desta Casa? Com o Líder do PDS? Ou esse diálogo só será realizado historicamente daqui alguns anos, quando algum colunista repetir e historicamente revelar os "erasmos" da vida que estão aí impunes, com cargos públicos e mais do que isso, prontos a dizer por telefone: — Parem porque a impressão está sendo ruim; depois vocês continuam.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Nelson, recebemos agora a informação de que houve um comunicado às 13 horas de hoje de que uma bomba iria explodir às 15 horas de hoje, na Distribuidora Ghignone. A informação que a imprensa está divulgando na Capital. Quer dizer, as ameaças continuam e o medo tomou conta de todos. Agora o que é triste, nobre Deputado e dá a impressão de que os efeitos são notados aqui nesta Casa. Vazia, descompromissada com os fatos que estão acontecendo ao nosso redor. O momento seria de união de toda a classe política brasileira. Porque não podemos fazer continência ao autoritarismo. Pergunto, nobre Deputado: Que poder é este? Como é que o povo pode acreditar no Parlamento? O cheiro de carne queimada está aí no ar. E nós os políticos, estamos fazendo o que? Somos 58 nesta Casa e não temos força. Há uma crise de entusiasmo. Pelo clima que a gente observa aqui neste Parlamento, lá fora deve estar tudo bonito, um dia azul, calmo, não está acontecendo nada, não estão estourando bombas, não estão prendendo, não estão torturando.

É nobre Deputado, é triste. Mas os funcionários mais antigos podem inclusive testemunhar, nunca houve na história desta Casa, dias tão negros, em termos de atuação, como os dias que nós estamos vivendo.

Estamos fugindo dos problemas que estão ao nosso redor. Talvez alguns até com medo, porque se desenha no ar um golpe militar de direita neste País, e nesta hora todo mundo vai para a toca.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Está Presidência comunica ao orador que o seu tempo já está esgotado. Mas, se a Liderança lhe conceder mais alguns minutos ...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, pelo menos por mais cinco minutos, para concluir, porque o Líder da nossa Bancada nesta Casa continuaria este mesmo assunto por mais cinco minutos, falando especificamente da reunião de ontem com os proprietários de banca. Agradeceria, então, mais cinco minutos que me fossem concedidos para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Vossa Excelência continuará na tribuna por cinco minutos, no Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados, exatamente numa hora destas que nós vemos a imprensa alternativa sendo jogada na fogueira ...

O Sr. Quíelise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

... é que nós nos indagamos o porquê, não só pelos motivos que levantamos no início deste pronunciamento, mas porque sabemos que foi exatamente a imprensa alternativa que, em momento algum, descansou ao denunciar e registrar os desvios do sistema implantado neste País. A corrupção deslavada que campeia livre; as mordomias astronômicas que pairam em todos os recantos da Pátria; os feridos direitos humanos, e tantas injustiças sociais, sempre tiveram lugar nas páginas da imprensa alternativa.

E, por isso, se quer calá-la.

Mas, bem sabemos que muito mais que a simples preocupação em calar a imprensa alternativa, quer se calar a opinião pública nacional, e aí está, efetivamente, o eixo da questão.

Tem o aparte o ilustre Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nobre Deputado, esta Casa de Leis, este Parlamento, deve ser a fonte inesgotável das soluções ou das sugestões para as soluções dos problemas políticos, financeiros e econômicos da Nação. E até mesmo as discussões, os debates, com relação ao regime.

Evidentemente, nobre Deputado, que muita coisa pode ser feita. E é evidente que aqueles que para aqui vieram e que aqui estão, como eu, os nossos companheiros de Bancada, estamos todos aguardando, já que nós somos Governo, já que nós jamais levamos os louros das vitórias, do Governo, e do bom êxito da administração do Governo mas que levamos aqui o ônus de ser Governo, quando os acertos não são de primeira qualidade na administração pública, nós estamos atentos, auscultando as Oposições, as várias linhas de Oposição nesta Casa, e aceitando as sugestões.

Porém, nunca, jamais, uma sugestão, como deu já uma vez nesta Casa, o Deputado Fiori Luiz, dizendo que talvez fosse o comunismo uma boa solução para este País. Menos esta, qualquer outra solução.

O SR. FIORI LUIZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Quielse Crisóstomo — ... eu gostaria Sr. Presidente, de saber qual o artigo do Regimento Interno que está sendo invocado, para que me interrompam a palavra, pela ordem.

O SR. FIORI LUIZ — Pela ordem Sr. Presidente, porque esta colocação feita pelo nobre Deputado Quielse Crisóstomo não partiu deste Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — E estou com a palavra e somente ferindo o Regimento Interno, posso ser interrompido, salvo se Vossa Excelência me cassar a palavra. Não estou ferindo o Regimento Interno desta Casa, motivo pelo qual não gostaria de ser interrompido pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A palavra será interrompida sempre que o orador solicitar "Pela ordem".

O Sr. Quielse Crisóstomo — Mas ele deve, regimentalmente, citar qual o artigo do Regimento Interno que está sendo ferido.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A palavra está com o orador.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Ele me concedeu aparte. Portanto, a palavra está comigo.

Então dizia que aceitamos qualquer sugestão que venha de encontro com os interesses do povo, porque viriam também, evidentemente, de encontro aos nossos anseios.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — A Presidência informa ao orador que lhe resta apenas um minuto para concluir.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Acatamos as sugestões, mas devo dizer que a Nação brasileira, apesar de tudo quanto possa ser feito e que deve ser feito e que tem para ser feito, ainda representa uma ilha de paz no mundo em atritos políticos, em agitações e destruições mútuas de antropologia política.

Este País ainda é modelo internacional, para todos nós políticos que falamos em nome da liberdade. Devemos lembrar que apesar de não conseguirmos tudo no momento em que desejamos ter, mas temos aquilo para o qual viemos para esta Casa: a liberdade de dizer como está Vossa Excelência dizendo, como estão dizendo os nobres Deputados que o estão apartear-do — estão dizendo tudo aquilo da maneira que entendem, da maneira que desejam dizer.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e concluo dizendo que Vossa Excelência colocou que a Oposição faz referência e usa de liberdade para dizer as coisas.

A liberdade que existe é restrita, aqui neste Parlamento.

É a liberdade vigiada.

É a liberdade que o SNI obriga, todos os dias, uma cópia de tudo, que esta Casa deve fornecer, obriga uma cópia de tudo

que é feito nesta Casa, sair pelas notas taquigráficas para se a bel-prazer. O que é isso, Sr. Presidente?

Onde já se viu o Parlamento brasileiro se ajoelhar e fornecer, todos os dias, uma cópia de tudo o que foi dito, para o Serviço Nacional de Informações. Esta é a liberdade? A liberdade que pregam os Deputados que acabam de me apartear? É a liberdade do dono da banca, é a liberdade do jornal alternativo, é a liberdade do homem que tem que calar para não morrer à mingua, pelas dificuldades da sua profissão.

E, na verdade, prega-se a ilha de paz, neste País. A ilha de paz, Sr. Presidente, é a paz do cemitério de uma maioria calada que não consciente ainda, vive sob o jogo da ditadura econômica e social.

É a paz sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a paz, a ilha de paz do pântano que aparentemente está tranqüilo mas que é um lodaçal de corrupção e mordomias.

Esta é a linha da paz que tem, sim, maiorias, mas maiorias sem povo. Tem, sim, força, mas força sem poder.

Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que se diga de uma vez por todas: chega de balelas. Liberdade, sim, que queremos. É a liberdade de podermos fazer aquilo que a maioria dos brasileiros conclamam, e, portanto, não pode brasileiro algum digno, admitir e não se revoltar contra a violência que começa no sistema para-militar que aí está, com a omissão, com a passividade dos órgãos de segurança do Governo do Estado e de todos aqueles que têm poder, neste País e que estão de braços cruzados, enquanto que miseráveis donos de bancas não conseguem nem o direito profissional do livre exercício de uma profissão.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Nos cinco minutos restantes do horário reservado ao PMDB.

Não havendo quem queira usar da palavra, a Presidência consulta o Partido Popular, se vai usar da palavra no horário que lhe é reservado. (Pausa).

Usará da palavra o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"Houve uma época em que o coronelismo manteve o interior do Brasil num regime medieval. Nada se fazia e nada se resolvia sem a anuência prévia do "coronel". Coronel da Guarda Nacional, título comprado ao governo, com o poder de mando econômico, político e administrativo no município, ou num conjunto de municípios. Toda a população lhe era dependente, de uma ou de outra forma, empregos, dinheiro, proteção política.

A Revolução de Outubro de 1930 contribuiu, com a introdução do voto secreto, para o desmantelamento do coronelismo. O eleitor poderia continuar sujeito ao domínio econômico, mas estava politicamente libertado do coronel.

Essa situação perdurou por muito tempo, até que se descobriam novos métodos de controle do eleitorado, através da coação e da violência. O coronelismo ressuscitou, e veio com grande força, após o golpe militar de 1964.

O coronelismo amparou o nepotismo, conforme o adágio: "Mateus, primeiro os teus". O Serviço Público se tornou cabide de empregos para toda a fauna de parentes e contraparentes do coronel. Quando não se tratar de emprego público, tratar-se-á de negócio rendoso com o Poder Público, em todos os níveis, contratos de fornecimento, contratos de prestação de serviços, contratos de empreitada de obras.

O manda-chuva não admite que alguém lhe faça sombra. Controla toda a máquina administrativa. O seu "pode" vale para admissão e demissão de empregados e de funcionários, como vale em qualquer outro setor, privado ou público. Não importa que a corrupção, ativa e passiva, seja o corolário desse estado de coisas. As mordomias, de que tanto se fala, são uma consequência de tudo isso.



Chegam-nos informações de que, no Município de Reserva, neste Estado, a coisa vingou também. Tudo de acordo com a figura do Coronel, porque de proteção e de favorecimento aos parentes de um "coronel", com a circunstância agravante de que essa proteção e de que esse favorecimento estão trazendo consequências trágicas para a gente mais humilde e mais indefesa do lugar.

Vejamos o que está acontecendo em Reserva, segundo as informações que nos chegaram:

Há um fazendeiro local, de nome Amaro de Souza Pinto, com inexplicável e injustificável autoridade sobre o Prefeito, o Delegado de Polícia, o Coletor e todos os demais ocupantes de cargos públicos. Nada se faz em Reserva sem prévio consentimento do Senhor Amaro de Souza Pinto.

O FUNRURAL, apesar de serviço Federal, sofre igualmente a influência do indigitado fazendeiro. Não poderia deixar de ser assim pelo fato de que o representante local do FUNRURAL, do código 1-14-206, nada mais é do que o próprio neto do fazendeiro Amaro de Souza Pinto, de nome Eraldo Garaballi de Souza. A força política, dentro do FUNRURAL, aumenta pela presença da funcionária que atende as partes, esposa, por sua vez, do neto do Sr. Amaro de Souza Pinto. Tudo, pois, fica em casa, em absoluto entendimento de copa e cozinha.

O fazendeiro Amaro de Souza Pinto achou melhor ampliar sua área de influência, no setor do FUNRURAL. Em atenção a esse objetivo, trouxe para o cenário, mais um personagem, a sua filha, de nome Lourdes de Souza Lobasz.

Dona Lourdes está funcionando, junto ao FUNRURAL, na condição de procuradora de trabalhadores rurais aposentados. Qualquer assunto do interesse deles é dona Lourdes quem resolve, mesmo quando os interessados não são informados de coisa alguma.

Embora o trabalhador rural aposentado seja analfabeto, não saiba ler nem escrever, há sempre um jeito de aparecer uma procuração, passada no Tabelião de Notas Vitalício de Reserva, Sr. Zbigniw Miecyslaw Wójcik. Basta meter o polegar, lambuzado de tinta no papel, como basta a assinatura a-rogo. O mandante pode desconhecer o conteúdo do documento, ou desconhecer até a existência do documento. Mas, o mandatário sabe que poderes tem, e os exerce em toda sua plenitude.

Comunicaram-nos, por exemplo, que a agência local do Banco Real atrasa, costumeiramente, o pagamento mensal da aposentadoria, se o aposentado ainda não outorgou procuração à senhora Lourdes Souza Lobasz. Ele permanece na fila por um ou dois dias, até aprender que se deve respeitar a força política do fazendeiro Amaro de Souza Pinto, de sua prole e de parentes colaterais. Depois que sai a procuração, no Tabelionato do Sr. Zbigniw Miecyslaw Wójcik, quebra-se o encanto e o pagamento da aposentadoria sai.

Coincidência? Conluio? Cumplicidade?

O nepotismo é escarrado. O FUNRURAL em Reserva virou "cosa nostra", títica da Mafia.

A ação mafiosa está se revestindo, porém de aspectos trágicos. Muito esquisito o fato de que, após o surgimento de procuração em mãos da Senhora Lourdes Souza Lobasz, acontece algo de mau com o aposentado.

Temos um caso concreto, chegado ao nosso conhecimento:

O lavrador Júlio Borges Lopes, de setenta anos de idade, obteve a aposentadoria no FUNRURAL, e, em consequência, aquela repartição lhe entregou o Cartão de Pagamento de Benefício de n.º 155 4615 2 Espécie 51, mediante a apresentação do qual passaria a perceber os proventos mensais de aposentado.

A agência do Banco Real dificultou sempre o pagamento dos proventos de aposentado ao lavrador Júlio Borges Lopes. Sofreu ele, ao mesmo tempo, violenta pressão por parte do

fazendeiro Amaro de Souza Pinto e seus emissários, que o ameaçavam de cancelamento da aposentadoria, como se isso fosse possível, depois de haver sido concedida, pelo cabal reconhecimento do direito a ela pelo interessado. O Sr. Júlio Borges Lopes era proibido de viajar a Curitiba, em visita às suas filhas, aqui residentes, pois a viagem representaria desperdício de dinheiro, o que justificaria, segundo os emissários, o cancelamento da aposentadoria. Eram citados casos de aposentadorias canceladas, no município, como punição pela rebeldia.

As ameaças assumiram aspecto mais grave quando do cancelamento da aposentadoria, passaram para as de morte. As ameaças de morte se tornaram tão frequentes e tão assustadoras que o lavrador Júlio Borges Lopes passou a viver em estado de pânico permanente, ao ponto de ir viver escondido no mato. Aparecia em casa apenas de madrugada, para preparar a comida, uma vez que vivia sozinho, e, com a marmita pronta, voltava para o seu esconderijo.

O Sr. Júlio Borges Lopes pensou seriamente em sair de Reserva, e de vir morar nas proximidades de Curitiba. Fez, no final do ano passado, uma roça. A safra foi boa. Vendeu-a. Com o dinheiro, pretendia dar um sinal, na compra de pequena chácara, em volta da nossa capital. A família calcula que a safra renderia mais de vinte mil cruzeiros.

Surgiu, no Tabelionato de Notas do Sr. Zbigniw Wójcik, com data de 8 de julho último, uma procuração do Sr. Júlio Borges Lopes em favor da Senhora Lourdes Lobasz, com delegação de poderes para recebimento dos proventos da aposentadoria. Ninguém sabe como a procuração surgiu, e em que condições foi passada, uma vez que o Sr. Júlio Borges Lopes era analfabeto, não sabia ler nem escrever.

A população de Reserva ficou chocada, nove dias depois, isto é, a 17 de julho, em face da notícia de que o Sr. Júlio Borges Lopes amanhecera enforcado, no caminho entre a casa e a mata onde se refugiava.

Chamada a polícia local, o corpo foi retirado da corda, quando os circunstantes perceberam que o ato de enforcamento era muito estranho, por estar a vítima com os pés no chão, não haver nenhuma escoriação na pele do pescoço, e a língua estar em posição normal, dentro da boca, sem o arroxo característico em que se enforca.

A constatação de tais sinais despertou a suspeita geral de que não tinha havido suicídio, e, sim, homicídio. Os policiais foram advertidos sobre a grave suspeita, sem levarem em conta essa advertência. Procuraram a chave da casa. Não a encontrando nas vestes da vítima, arrombaram a porta de entrada, e, sozinhos, revistaram a casa. Encontraram viveres recém-adquiridos, e para consumo em dois meses, no mínimo. E alegaram o desaparecimento de uma capanga, onde se achava o dinheiro da venda da safra de milho, enquanto os documentos pessoais estavam absolutamente em ordem. Ora, quem cogita suicidar-se, não compra mantimentos para dois meses além da morte, assim como não larga uma capanga com dinheiro em qualquer lugar, por ter de pensar na família.

As autoridades policiais se confessaram sem qualquer equipamento técnico, motivo pelo qual resolveram pedir a ajuda das de Tibagi. A polícia de Tibagi compareceu ao local, e apenas fotografou a posição do corpo, e nada mais. A autópsia deixou de ser feita, por falta de médico legista.

Avisados, os parentes do Sr. Júlio Borges Lopes se dirigiram a Reserva e assistiram ao seu sepultamento.

Não lhes escapou curioso detalhe: o fazendeiro Amaro de Souza Pinto se fazia presente a cada lugar a que eles dessem comparecer, como funerária, delegacia de polícia, etc., bem como seguiu sempre o veículo que os conduzia. Qual o peso que sobrecarregava a sua consciência? Que espécie de temor aguilhoava? Simples coincidência, não poderia ser!

Não foi essa a primeira morte misteriosa de trabalhador rural aposentado, em Reserva. Sabe-se que, há uns tempos



atrás, outro lavrador se aposentara. Ao ir receber o primeiro mês de proventos de aposentado, sumiu de vez. E conhecidos seus foram encontrá-lo, dias depois, a balançar de uma forca, numa serra, já em adiantado estado de decomposição.

Causa espécie a preferência dos aposentados pela corda, como causa espécie a negligência policial diante das mortes misteriosas.

Que é que está acontecendo em Reserva? Quem é que lucra com essas mortes misteriosas?

A anomalia criminosa não pode continuar. Daí, a nossa preocupação em que sejam rigorosamente apurados os fatos. A opinião pública precisa saber se o Município de Reserva é um covil de criminosos, se lá existe máfia em ação. Justificam-se plenamente portanto, os pedidos de informações, que ora estamos encaminhando à Mesa, para que cheguem a seu destino, após ouvido este Plenário. Um deles é endereçado ao Ministro da Previdência Social, e outro à direção do FUNRURAL para que tomem providências sobre a situação de nepotismo, bastante suspeito, em Reserva. O Secretário da Segurança Pública do Estado precisa ser informado sobre as irregularidades no meio policial do município em causa, como deve ser também informada a Federação dos Trabalhadores Rurais, que, por incidente do que está ocorrendo, deixa ao desamparo aqueles pelos quais precisa lutar.

São os seguintes os pedidos de informações: "Sr. Presidente.

O Deputado infra assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja remetido ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado, o seguinte Pedido de Informações:

- a - Se o Delegado de Polícia do Município de Reserva é Bacharel em Direito, ou se tem algum curso de especialização no ramo?
- b - Por que não dispõe a Polícia de Reserva, ou da região, de equipamento técnico-científico adequado, para utilização na apuração de crimes e de mortes suspeitas?
- c - Por que não há, na região, um médico legista à disposição das autoridades policiais, para, em caso de morte suspeita, ser apurada convenientemente a "causa-mortis", e, assim, ser dirimida qualquer dúvida existente?
- d - Que providências efetivas tomará essa Secretaria da Segurança Pública, através do Departamento de Polícia Civil, para apuração da morte misteriosa do lavrador Júlio Borges Lopes, e para punição dos eventualmente responsáveis por ela?
- e - Que atitude de severidade tomará essa Secretaria da Segurança Pública em face da displicência e da inação das autoridades policiais de Reserva ante a suspeita de crime na morte misteriosa do lavrador Júlio Borges Lopes e de outros?

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.980.

"Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento, à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, do inteiro teor do nosso pronunciamento sobre graves irregularidades ocorridas, e em ocorrência, no FUNRURAL do Município de Reserva, deste Estado, para as providências que se façam cabíveis, da parte daquela instituição, em amparo aos indefesos trabalhadores rurais, e na apuração das mortes misteriosas de lavradores aposentados já registrados.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1.980.

Eram estas as informações que gostaria de trazer a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Consulto à Li-

derança do PTB se vai fazer uso de seu horário. (Declina

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Declino.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. – Apoiado. – Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Responderam a chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão, e conseqüente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 55/80, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu", com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 56/80, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores da Casa F. Coelho Neto", com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elisio, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 16/80. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em pedido de informações com referência ao surto de hepatite que preocupa a população do Estado. Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO – Sr. Presidente.

Gostaria de, primeiramente anunciar à Casa que estou solicitando a retirada deste requerimento. E justifico, porque a data é de 18 de junho. Foi do primeiro semestre ainda. E se o surto de hepatite fosse realmente agravante, a população estaria toda contaminada e neste momento já sepultada.

Nós queremos deixar aqui o nosso protesto, porque pela ausência de alguns companheiros, tivemos então a impossibilidade de votar esse requerimento. E, conseqüentemente, ficamos apenas com os dados fornecidos pela Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, através da Imprensa. Ainda bem que nós contamos com o apoio da Imprensa que divulgaram na época que dei entrada a esse requerimento, a matéria através de jornais. E o Sr. Secretário, através de assessores informou então à Imprensa, de que o surto não estaria acontecendo, embora na época tivesse sido realizado uma pesquisa junto a

hospitais, constatando uma média de 30 a 40 internamentos diários, com casos de hepatite. Alegou a Secretaria da Saúde na ocasião, de que se passava apenas momentos de normalidade. Porque todo o mês de junho, nesta época do ano, acontece uma maior incidência de hepatite, na Capital do Paraná e conseqüentemente no Estado. O que nós absolutamente concordamos, achamos que realmente o surto estava eclodindo e que deveria ser contido, pela Saúde Pública, através de uma campanha de prevenção. O que absolutamente aconteceu, mas que deixou, tenho certeza, tristes momentos, com a marca dessa doença em muitos lares. Apenas deixamos o nosso protesto e solicitamos então a retirada do requerimento, porque já não tem mais razão de ser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – A Mesa defere e retira o requerimento de votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, encarecendo informações sobre a estrutura e seu funcionamento. – Em votação. Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem). Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Deferido.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

19 Srs. Deputados o aprovam;

18 Srs. Deputados o rejeitam. – Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) – Sr. Presidente, houve engano. Gostaria que Vossa Excelência procedesse novamente a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – A Mesa defere. Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus devidos lugares para verificação de votação.

O SR. DENI SCHWARTZ – (Pela ordem) – Solicito de Vossa Excelência a leitura da súmula, porque, se não me engano, se trata de um pedido de informações de um órgão assessor da ALE muito criticado neste Assembléia pelas suas mordomias. Parece-me que há de se esclarecer, e o que a Assembléia quer saber é o que um seu órgão assessor tem de funcionários, já que vivemos sob o signo das mordomias. Aliás, e é bom que se diga, que foi em razão de um requerimento do digno Deputado João Mansur, aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – A Mesa lerá, a pedido de Vossa Excelência a súmula do requerimento. (Procede à leitura da súmula).

Será procedida a verificação de votação, a pedido do Sr. Deputado Erondy Silvério.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados o aprovam;

19 Srs. Deputados o rejeitam. Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES – (Pela ordem) – Na primeira verificação de votação não havia um Deputado da nossa Bancada presente, que chegou, é o Deputado Nilso Sguarezi. Nós tínhamos 19 votos. Agora nós temos 18?

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, é matéria vencida.

O SR. JOSÉ TAVARES – E o Deputado Pinto Dias votou

conosco na primeira e na segunda. E o Deputado Paulo Camargo na segunda votou contra.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – A votação foi verificada por duas vezes.

O SR. JOSÉ TAVARES – Requeiro a Vossa Excelência que proceda nova verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, matéria vencida, anunciado já o resultado.

O SR. JOSÉ TAVARES – Se matéria vencida foi agora, antes também tinha sido matéria vencida, Sr. Presidente. Para não se cometer injustiça, requeiro a Vossa Excelência que proceda nova verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – A Mesa procederá verificação de votação.

(Soam os tímpanos).

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) – Sr. Presidente, Vossa Excelência, na votação anterior, tão logo anunciou o resultado de forma errônea, deve ter havido engano na contagem, solicitei, imediatamente uma verificação.

Vossa Excelência determinou nova verificação antes de proclamar o resultado.

Agora, Vossa Excelência determinou nova verificação. Isso é matéria vencida. Vossa Excelência está reabrindo uma questão que fere frontalmente o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – A verificação de votação está dentro do processo de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

19 Srs. Deputados o aprovam;

19 Srs. Deputados o rejeitam. – Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de apelo visando a criação do Distrito Judiciário de São João, Município de Altônia. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de apelo visando a criação do Distrito Judiciário de Jardim Paredão, Município de Altônia. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, transmitindo apelo no sentido de ser criado, em ocasião oportuna, o Distrito Judiciário de São Jorge, Município de Altônia. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, reivindicando a criação de um Posto de Correio para o Distrito de São Roque, Município de Santa Helena. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reivindicando a instalação de uma agência do referido Banco no Distrito de São Roque, Município de Santa Helena. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, para imediata viabilização de providências para o funcionamento do Gabinete Odontológico instalado na "Escola Castro Alves", da Cidade de Pato Branco. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a construção de uma creche no Município de Itambaracá.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezí, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, enfatizando a necessidade da instalação da Comarca de Quitandinha.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando Capitão Leônidas Marques a Realeza, e a pavimentação asfáltica de um trecho de estrada.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., encarecendo a estadualização para conservação, melhoramento e posterior pavimentação de diversas estradas partindo do Município de Guaraniaçu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, encarecendo informações sobre o plano de captação de água do Rio Tibagi.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, objetivando a implantação do "ferry boat" no Município de Alvorada do Sul.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, com o apoio dos Srs. Deputados Palácios e Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, contendo voto de protesto pelas declarações do Sr. Hélio Teixeira Alves, Secretário de Defesa Sanitária do referido Ministério, pela defesa irracional e comprometidora de produtos altamente nocivos à saúde do homem e da fauna.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rádio Guairacá de Mandaguari, especialmente aos Programas "Pinga-Fogo" e João Vrena, pela campanha encetada em benefício das famílias desabrigadas em consequência do vendaval que atingiu a região do Vale do Ivaí.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Cultura e Esportes e Turismo, encarecendo seja construído um conjunto de quadras de esportes polivalentes na Cidade de Jaguapitã.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 45, 47 e 48/80.—

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto

de congratulações e aplausos pela passagem do 56.º aniversário da Rádio Clube Paranaense - PRB-2.— Aprovado.— ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, EMATER/PR e IAPAR, consubstanciado em pedido de informações sobre as razões e objetivos da recente viagem de autoridades ligadas à agropecuária do Paraná à Iugoslávia.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, e envio de cópia aos líderes partidários no Senado e Câmara Federal, sugerindo a regulamentação da profissão de Telefonista.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Conselho Estadual de Educação, no sentido de que seja revogado o Parecer n.º 80, de 6 de junho de 1.967, a fim de que as carteirinhas estudantis padronizadas possam ser confeccionadas pela UPES.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Palácios e Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Jubileu de Prata de Ordenação Sacerdotal de Dom Domingos Gabriel Wisniewski, Bispo Titular de Cornélio Procópio.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, no sentido de que a EMOPAR proceda reparos gerais no Grupo Escolar Professor Newton Guimarães, e na Escola de aplicação "Doutor Nilson Ribas" no Município de Jaguapitã.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo a concessão de recursos financeiros à Prefeitura de Nossa Senhora das Graças, a fim de que sejam construídos meio-fios, sarjetas e galerias pluviais.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, no sentido de que seja concedido recursos para a perfuração de um poço semi-artesiano e execução de rede de abastecimento de água no Distrito de Mendeslândia, Município de Nossa Senhora das Graças.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, no sentido de que a SANEPAR construa uma caixa d'água elevada na Cidade de Nova Aurora.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam efetuados estudos visando a implantação de um sistema de Táxis Coletivos.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezí, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, consubstanciado em pedido de informações sobre a situação fundiária e social do Município de Quedas do Iguaçu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Los-

so, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Saúde e da Agricultura manifestando a preocupação do povo paranaense quanto as consequências da livre comercialização em nosso País de pesticidas de uso proibido. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil, Setor Sul, em forma de sugestão, encarecendo a instalação na cidade de Terra Roxa de uma agência do mencionado estabelecimento de crédito. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, visando a recuperação imediata da Rodovia do Café, BR-376. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, enfatizando a necessidade da adoção de medidas corretivas na regulamentação do lançamento do imposto sobre a renda, nas folhas de pagamento do funcionalismo público estadual. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de manifestação de apoio ao Sr. Presidente da República, pelas recentes medidas adotadas em relação aos elevadíssimos salários dos burocratas ligados às empresas públicas. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública e outras autoridades, encarecendo providências com vistas ao cumprimento da lei no que diz respeito ao transporte de trabalhadores com um mínimo de segurança. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IBDF, em forma de apoio desta Casa à proposição da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, em consonância com os reclamos do comércio, indústria e agricultura, pleiteia reestudo com vistas a alterações, que determina o prazo para retirada total do "pinus". Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de se regularizar o fornecimento de combustível às viaturas do Batalhão de Polícia Militar sediado em Campo Mourão. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, em forma de apelo encarecendo o remanejamento de verba orçamentária existente na referida Secretaria, destinadas ao preenchimento de 500 vagas existentes de professoras estaduais. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secre-

tário dos Transportes e Diretor do D.E.R., encarecendo-lhes a pavimentação asfáltica da estrada ligando Medianeira à Capanema. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que conceda um abono de emergência em torno de, pelo menos 40% ao funcionalismo público do Estado. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao IBDF e à Secretaria da Segurança Pública, encarecendo sejam efetuadas investigações na região Colônia Santos Andrade, no Município de São José dos Pinhais, onde estaria ocorrendo desmatamento indiscriminado. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República e Ministro Presidente do Conselho de Segurança Nacional, encarecendo providências visando o problema de terras existentes no Município de Wenceslau Braz. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DNER, encarecendo informações a respeito da Ponte sobre o rio Piquiri. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo sejam feitos reparos no prédio da cadeia pública da cidade de Palmeira. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, objetivando a implantação de cursos de 2.º grau na sede do Município de Guaraqueçaba. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Governador do Estado e demais autoridades, no sentido de que seja dado apoio à COTRIGUAÇU, quanto ao projeto de colonização da Gleba Aripuana. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências quanto a segurança no Município de Campo Mourão. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para investigar as possibilidades energéticas atuais e as alternativas suplementares do Estado. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio à catastrófica política cafeeira que vem sendo desenvolvida pelo I.B.C., principalmente no que se refere às cláusulas de garantia de preço e ao confisco cambial. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Adia-se para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio do inteiro teor do pronunciamento à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado, contendo graves irregularidades ocorridas no FUNRURAL de Reserva. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas providências cabíveis, no caso da morte misteriosa do lavrador Júlio Borges Lopes, no Município de Reserva. — Em discussão.

UM SENHOR DEPUTADO PEDE PARA DISCUTIR.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo a inclusão do Município de Jaguapitã no projeto noroeste para combate à erosão urbana. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lineu Turra e Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine a conclusão e respectiva pavimentação asfáltica do acesso da BR-277 — Porto Amazonas. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná "SITRO-PR", pelo transcurso do jubileu de prata de sua fundação. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Associação de Câmaras Municipais do Paraná e aos Vereadores deste Estado, pela realização em Curitiba, do Congresso de Vereadores do Paraná. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Solicito verificação de votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência submeta o requerimento a um processo de votação, requeiro verificação de quorum, através de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferred e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

22 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou vendo dezoito, onde os 22?

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, pela ordem. O Deputado Pinto Dias estava aqui na minha presença, respondeu presença e se ausentou, talvez momentaneamente, portanto acho que Vossa Excelência tem razão na contagem. Prevalece a primeira.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferred e procederá nova chamada nominal.

(É procedida nova chamada nominal dos Srs. Deputados)

Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, pelo transcurso do 37º aniversário de sua fundação. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, no sentido de que seja implantada rede telefônica no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja concedido à Delegacia de Polícia de Jaguapitã, um veículo Volkswagen. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente não era de nossa vontade reter os nossos colegas por mais alguns instantes neste Parlamento. Mas, tendo em vista a decisão do Sr. Presidente da Casa, quando, ao proferir na qualidade de Presidente deste Colegiado, o voto de Minerva, o fez contra a pretensão legítima, de um dos membros desta Casa, data vênica, de nossa parte, é o momento oportuno para deixarmos aqui vasada a nossa discordância. Discordância não apenas quando se cerceia o Deputado Romero Filho e a Casa, quando se cerceia o Poder Legislativo do Paraná, que tem a legitimidade para saber das coisas que acontecem no Tribunal de Contas deste Estado.

Não vim aqui apenas para dizer que o Paraná mancheteia nacionalmente com um artigo da revista que tem a maior tiragem nesta Nação, de um verdadeiro escândalo de mordomias no Tribunal de Contas deste Estado.

Não, Sr. Presidente. Não vim aqui para alinhar todas estas razões de ordem moral que exigem que este Parlamento se ponha de pé.

Venho aqui para defender uma tradição de todos os Parlamentos do Brasil e do mundo inteiro.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência permitir que eu conclua, ao menos o meu raciocínio, para entrar no assunto que me traz à tribuna, eu concederei o aparte. Mas, Vossa Excelência não sabe nem aonde eu quero chegar e procura me apartear, como procurou, num direito legítimo seu, impedir que a sessão tivesse conhecimento, para que eu pudesse vir à tribuna expor o meu pensamento. Darei o aparte a Vossa Excelência na ocasião oportuna.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? É rápido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Eu assumo o compromisso de não tomar o tempo do brilhante pronunciamento de Vossa Excelência. Não quero defender o Tribunal de Contas, não tenho procuração para isso.

Apenas uma colocação de Vossa Excelência, com o brilhantismo que possui, com os recursos naturais que possui, Vossa Excelência está procurando tergiversar. Vossa Ex-

celência está procurando dar outra conotação a um comportamento da maioria da Casa que não pensou da mesma forma de Vossa Excelência. Este é um Parlamento livre.

Vossa Excelência não pode dizer que o Presidente cerceou o funcionamento deste Parlamento.

Vossa Excelência devia, na oportunidade do encaminhamento de votação, devia, na discussão do requerimento, dizer tudo que Vossa Excelência pensa a respeito do Tribunal de Contas, o qual não defendo.

Apenas quero defender o comportamento correto do Presidente da Casa, que, tão somente louvou-se na Resolução 5/71, que Vossa Excelência conhece muito bem, porque foi consultá-la, antes de vir à tribuna, e dizer que o Presidente cerceou o direito da Casa.

O presidente usou um direito que é inerente ao Presidente, de desempatar uma votação. A maioria não pensou como Vossa Excelência, e não pensou como os 18 Deputados que votaram favoravelmente. E vocês não podem nos condenar por isso.

Esta é uma Casa livre, de debate livre. Temos escutado a Oposição dizer tudo que bem entende, mas achamos que é um direito da Oposição dizer. Mas, exigimos que Vossa Excelência e os seus companheiros também respeitem o direito daqueles que não querem pensar da mesma forma que Vossa Excelência.

O SR. NILSO SQUAREZI – Vossa Excelência me devolve o aparte?

Primeiro, Deputado Erondy Silvério, quem tem o livre arbítrio de escolher a ocasião em que deve dizer as coisas é o Deputado.

O Sr. Erondy Silvério – Reconheço isso.

O SR. NILSO SQUAREZI – E Vossa Excelência não pode exigir que eu fale quando Vossa Excelência quiser. Eu falo quando eu quero.

O Sr. Erondy Silvério – Mas nós não somos obrigados a ouvir quando Vossa Excelência, fora de hora e fora de tempo...

O SR. NILSO SQUAREZI – Vossa Excelência se não quiser ouvir, se retire do Plenário.

O Sr. Erondy Silvério – Vossa Excelência discute matéria vencida. Isto é anti-regimental.

O SR. NILSO SQUAREZI – Se regimentalmente existem as explicações pessoais, eu estou na tribuna para as minhas explicações pessoais, e acredito que a Casa deve dar guarida a esta pretensão do Deputado.

Portanto, escolhi este momento para dar as minhas explicações pessoais, que é o momento regimental oportuno, e o Deputado escolhe quando quer ou não falar.

Mas, Sr. Presidente, o aparte do eminente Líder até antecipou, porque no intervalo eu lhe havia comunicado que viria à tribuna para fazer um comentário sobre a finalidade do voto de "Minerva" dentro dos Paramentos, e a praxe com que ele é exercido.

Na justiça comum há uma verdadeira sistemática, um código de ética seguido por todo juiz, judicialmente falando, que, na dúvida, no caso de empate, sempre a decisão dos colegiados na justiça, há que favorecer o réu, isto na justiça.

Nos Paramentos, nos colegiados o voto do Presidente, no caso de empate, há sempre que ter em mira a pretensão do solicitante. Aqui não há a figura do réu, do autor, mas sim, a figura do homem que busca movimentar o poder, há a solicitação. E se essa solicitação se enquadra dentro do Regimento Interno, se os seus objetivos são sadios, se estão baseados no direito, nas prerrogativas do solicitante, se estão baseados na moral existente no meio da sociedade, não há porque – no caso de empate – a decisão ser contra esse solicitante.

Esta tem sido a prática de todos os Paramentos.

Este tem sido o comportamento dos presidentes que, com qualificação e com isenção de ânimo, têm exercido, qua-

lificadamente, o direito e a obrigação de exercerem a função de presidente de uma Casa Legislativa.

Por isso, Sr. Presidente, permita-me Vossa Excelência, que, aqui, deixe o meu descontentamento por ter sido ferido da esta praxe, porque ela não envolve apenas o comportamento pessoal da figura do Presidente, que é circunstancial e, neste momento, envolve a sua pessoa. Nada pessoal me move contra Vossa Excelência.

Mas, aqui há que se trazer e se comentar que há uma praxe que não cabe, e não se permite a membro algum do Legislativo ferir, sob condição de, amanhã, estar Vossa Excelência solicitando e outro Colega, usando a Presidência, ter comportamento igual ao seu. E verá Vossa Excelência, então, que se tivéssemos comportamento contrário do que é a praxe, que, no caso de empate sempre a decisão deveria ser contra o solicitante, seria uma maneira mais de cercear o Parlamento. E quando estamos no Brasil, quando falamos do Parlamento brasileiro, deste Poder totalmente vilependido, deste Poder totalmente desmoralizado, permita-me, Vossa Excelência, com todo o respeito, mas não posso deixar passar em branco, sem o meu reparo pessoal, a decisão de Vossa Excelência, que pode estar estribada na argumentação e nas conclusões que teve Vossa Excelência mas, de minha parte, acredito que era necessário se fazer este registro, se fazer esta reparação, para que, em outras oportunidades, para que em outras ocasiões, os Colegas que estiverem na condição de Presidente, tenham em mente que, no caso de empate, o solicitante, o requerente, é quem deve ter a preferência no ganho da causa.

O Sr. Renato Bernardi – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência aborda, neste episódio, um assunto que me parece da máxima importância, principalmente quando toda a sociedade civil brasileira discute, reflete e aprofunda o debate sobre a devolução – e diria mais, sobre a reconquista das prerrogativas do Poder Legislativo.

Poder este que retrata, exatamente, a posição dos representantes do povo, diante de uma ditadura implantada durante 16 anos.

E lembraria, diante do brilhantismo com que Vossa Excelência trata a matéria, lembraria a tradição universal dos Paramentos, onde o "Voto de Minerva" sempre foi a favor do fortalecimento dos legislativos e não para o seu encolhimento.

Lembraria, aqui, aquela expressão daquele homem que mesmo sendo governista, quando forçado a tomar uma decisão contra sua consciência, Djalma Marinho, afirmava: "Ao meu Rei darei tudo, menos a honra."

Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. NILSO SQUAREZI – Obrigado, nobre Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Augusto Carneiro – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Neste rápido aparte, quero dizer que Vossa Excelência tem toda razão em se pronunciar de acordo com o seu pensamento. E só o seu pronunciamento já é necessário para valorizar este Poder. Porque, fica patentemente provado que, neste Poder, todos têm a livre expressão da idéia, através da palavra, e por isto eu valorizo a atitude de Vossa Excelência em subir à tribuna e expressar o seu pensamento, porém, como membro de uma outra Bancada, eu não vejo ferido, em nada, o posicionamento do Presidente desta Casa e em especial no episódio de hoje, porque, se é um direito que está no Regimento Interno da Casa, e, quando há um empate de confronto de idéias, eu não vejo desprestigiado lado algum, seja qual for a decisão do Presidente. E, no pleno exercício regimental, ele tem, como todos os Parlamentares nesta Casa, o mesmo privilégio e o mesmo direito regimental de expressar a sua

idéia, e a sua vontade; assim como a decisão, hoje, foi, beneficiando a Bancada Situacionista, poderá em outras oportunidades, beneficiar, e aí em circunstâncias diversas, teremos nós o direito de criticar a posição do Presidente? Nunca! Pois, ele está usando um direito que a ele é atribuído, de decisão! E a decisão deve ser livre e deve ser respeitada por todos os membros da Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Deni Schwartz – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Sr. Deputado Nilso Sguarez, o Voto de Minerva não é um voto de Partido, o Voto de Minerva é um voto de Juiz, de Magistrado, e, para ser Juiz é necessário grandeza!

Falou-se muito em voto livre, porém, se houve uma votação que não foi livre, foi esta, porque o Sr. Líder do PDS, às carreiras, após a primeira votação, foi até o Dr. Paulo Camargo, para informá-lo de que ele deveria votar contra o requerimento, porque, no requerimento estariam contidos nomes, inclusive citando o nome do Sr. João Feder, e que, isto não ficaria bem para o Legislativo, no que eu concordo, inclusive que, se isto fosse verdadeiro, não ficaria bem, individualizar a coisa!

Acontece que, é mentirosa essa afirmação, e, provavelmente, através dos alto-falantes desta Casa, os Srs. Deputados estão ouvindo, e aqueles como o Deputado Quielise Crisóstomo, que manifestou a sua vontade de votar favoravelmente ao requerimento, deve pensar duas vezes ao ser liderado por alguém que chega a essas afirmações – e aqueles outros Deputados, que, sem saber o que votavam, votaram contra, hoje devem estar se sentindo mancomunados, inclusive o Sr. João Mansur que, há poucos dias, teve aprovado um requerimento sobre as mordomias; ele está mancomunado com as mordomias do Tribunal de Contas do Estado, com as mordomias citadas pela Revista VEJA, do Sr. João Feder. O que há atrás disto tudo, Sr. Deputado?

É que nós estamos de "olho grande" no Tribunal de Contas do Estado, e nós da Oposição, temos que denunciar isto. Tem muita gente querendo lugares no Tribunal de Contas do Estado, e tem outros, Sr. Deputado, que estão cientes de que este Poder está corrompido.

Nós não podemos denunciar o Tribunal de Contas do Estado, porque temos as nossas mazelas aqui dentro da Casa, porque, se não as tivéssemos, também mandaríamos as nossas contas, como manda a Constituição, mandaríamos as nossas contas para exame do Tribunal de Contas do Estado, e que bom se tivéssemos uma imprensa livre aqui neste Estado, para denunciar isto.

É um Deputado que afirma: existem mazelas aqui dentro. Nós não prestamos contas ao Tribunal de Contas do Estado, não mandamos nossas contas, por isso, muitos julgam que não temos moral para fiscalizar as mordomias do Tribunal de Contas do Estado.

A verdade é que, sob esse regime se estabeleceu um regime de elite e um rouba do outro, mas não conta o que o outro está roubando, enquanto isto, o povo está miserável, e precisava ficar sabendo disso.

É por isso que, nesta oportunidade, gravando e taquigrafando, este Deputado faz esta denúncia, denúncia que aliás, foi feita há muito tempo, acima deste simples requerimento, se envolve toda uma sistemática de corrupção e é isso que precisa ser dito.

E é por isso, que os Deputados que estão a me ouvir nos seus alto-falantes em seus gabinetes, hoje, quando tiverem de enfrentar os seus filhos, lembrem que eles estão mancomunados, também, com esse Poder podre que está, inclusive aqui no Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) O tempo de Vossa Excelência está esgotado. Entretanto, regimentalmente, Vossa Excelência tem direito a mais quinze minutos.

O SR. NILSO SGUAREZ – Eu requeiro não os quinze minutos mas apenas alguns instantes, para concluir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. As ironias não escolhem tempo e espaço para acontecer mas elas acontecem. Ironicamente, os noticiários da televisão de hoje, mostraram a pretensão do Governo Federal, de extinguir o simples cafezinho nas repartições públicas, como passo inicial, para extinguir-se as propaladas mordomias do Poder Público.

Isto aconteceu, manchete nacional no Brasil de hoje, a pretensão do Governo Federal de extinguir com o cafezinho, porque seria um tipo de mordomia oferecido aos servidores públicos.

Ora, Sr. Presidente, quando eu falo que o Presidente de um Parlamento, ao proferir um voto minerva, não deve se lastrear, se basear unicamente nas razões diretas e imediatas da causa em jogo, mas deve, isto sim, pela condição de magistrado, como falou o Deputado Deni Schwartz, ver no contexto social e no contexto geral, o que vai ter de repercussão a matéria.

E, nesse contexto geral do Brasil de hoje, quando alguém se lembra de extinguir com o cafezinho, numa tentativa até louvável de terminar com as propaladas mordomias que chegam, Srs. Deputados, a pegarem aviões à jato de Brasília, por parte de alguns Ministérios, para virem em São Paulo fazerem uma simples refeição.

Quando no Brasil de hoje, este desgraçado povo brasileiro, que perde as esperanças, que paga seus impostos para ver ser transformado em mordomias, é informado pela imprensa, que se vai terminar o cafezinho. O que indagar ao povo do Paraná, amanhã, quando souber que esta Assembléia Legislativa e, por ironia do destino, na figura do seu Presidente, foi a que impediu de que esse Poder exigisse constitucionalmente, com reserva moral que o povo tem e como tradição de que os governados têm o direito de saber o que os governantes fazem.

Este Brasil está à beira do caos. Porque, moral, não se tem mais, ao impedir que o povo, que o trabalhador, este desgraçado que paga o Fundo de Garantia e depois não pode pagar a casa que o Governo lhe constrói.

O que amanhã, ao saber nos jornais, pensará este homem do Paraná? Ele vai acreditar no Parlamento? Ele vai acreditar no Governo?...

Ou será esta decisão lamentavelmente, Sr. Presidente, mais um balde de água fria nas esperanças desse desgraçado brasileiro.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 194/79.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 23/78 e 80/79, marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 15, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 57/78 e 58/80.

Levanta-se a Sessão.



# ATOS DAS COMISSÕES

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE COOPERATIVISMO PARANAENSE ATA

Aos nove dias do Mês de abril de Hum mil novecentos e oitenta, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Cooperativismo paranaense, sob a Presidência do Deputado Augusto Carneiro e presentes os Srs. Deputados Trajano Bastos, Gernote Kirinus, Nelson Friedrich, Fidelcino Tolentino, Darcy Deitos. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente esclarece que na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, toma a liberdade de presidir a Presente Reunião e solicita a leitura da Ata da Reunião anterior que é aprovada por unanimidade. A seguir deixa a palavra livre aos Srs. Deputados. Com a palavra o Deputado Nelson Friedrich, faz inicialmente algumas ponderações que se consubstanciam nos seguintes itens: 1.º levanta o problema da tradução dos documentos deixados pela Cotriguaçu, uma vez que muitos deles são em inglês e para tal fim sugere que se oficie à direção da Casa, solicitando os necessários recursos para tal. A sugestão foi debatida por outros Srs. Deputados. 2.º seja ouvido na próxima reunião o Sr. Aldo Laval, cuja convocação foi aprovada em reunião anterior da CPI. 3.º propõe ainda que seja ouvida a FETAEP na pessoa de seu Presidente, Deputado Lázaro Dumont ou na pessoa de seu Vice-Presidente, mas que o ofício seja endereçado ao titular. 4.º propõe ainda que seja ouvido alguém com especialidade em Cooperativismo para que se possa elaborar um parecer final da CPI, com base e que realmente traga subsídios ao nosso Cooperativismo. Postas as sugestões acima em votação, todas mereceram aprovação dos Srs. membros da Comissão, ficando marcada a data da próxima quarta-feira para ouvir o Sr. Aldo Laval. Com a palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus, pondera que deveria ser ouvido representante das Cooperativas de Eletrificação Rural, pois julga que o problema no seio das mesmas é grande, uma vez que existe uma concorrência desleal, por parte da Copel e como segunda sugestão comenta a ingerência da política nas Assembléias das Cooperativas. Finalizando frisa que julga o primeiro item de suma importância e em segundo lugar fica como sugestão a apreciação da ingerência política nas Assembléias. O Sr. Presidente da Reunião, diz concordar perfeitamente no que concerne às Cooperativas de eletrificação rural e quanto ao segundo fica registrada a sugestão. Como nada mais houvesse a tratar o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, convocando outarpara a próxima quarta-feira, dia 16 de abril, para as dez horas. Da presente reunião, lavrei a Ata que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada, por mim, Francisco Dranka, Secretário e pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

aa) AUGUSTO CARNEIRO  
Presidente  
FRANCISCO DRANKA  
Secretário

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE COOPERATIVISMO PARANAENSE ATA

Aos dezesseis dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta, sob a presidência do Deputado

David Cherigate e havendo número legal, realizou-se reunião da CPI sobre o Cooperativismo Paranaense. Foi dispensada a leitura da Ata por solicitação do Deputado Darcy Deitos e considerada aprovada. A seguir o Sr. Presidente comunica a presença do Sr. Aldo Laval, Presidente do Grupo de Trabalho Pró-Restauração da Cooperativa Mixta dos Servidores, o qual após o compromisso oral lê um documento em que relata os acontecimentos por que passou aquela Cooperativa e como se acha atualmente. O documento lido pelo Sr. Aldo Laval faz parte da presente Ata. Após a leitura o Sr. Presidente deixa a palavra livre. Pela Ordem o Sr. Deputado Darcy Deitos solicita maiores detalhes a respeito da Portaria 572/75 que encerrou as atividades da Cooperativa e pergunta quais são os motivos que a referida portaria alega. O Sr. Aldo Laval dá explicações, dizendo que os dirigentes da época recorreram à Justiça e tiveram ganho de causa o que igualmente ocorreu no Supremo Tribunal Federal que a declarou nula. Imediatamente os dirigentes dirigiram-se à Café do Paraná para serem emitidos na posse. Não foi possível, porquanto o Presidente não esteve e 18 dias depois foi nomeado interventor. O Sr. Deputado Darcy Deitos insiste em sua pergunta, dizendo que os motivos alegados foi a corrupção, força ou enfim algum outro? O Sr. Aldo Laval diz que o interventor, Cel. Jackson Pitombo assumiu na calada da noite e na residência do Presidente da Café do Paraná. Imediatamente foi publicado um desmentido de desmandos, através da Gazeta do Povo e o Cel. Jackson Pitombo renunciou, assumindo como interventor o Sr. Haroldo Bizerril. Com a palavra o Sr. Deputado Darcy Deitos, pergunta qual é o número atual de associados. O Sr. depoente diz que são mais de mil os que contribuem. O Sr. Deputado Darcy Deitos pergunta qual é a situação do Major Antônio Ribeiro. Respondendo o depoente diz que ele é um simples funcionário que movimenta as contribuições dos associados e faz a contabilidade. O Sr. Deputado Darcy Deitos, referindo-se ao documento lido pelo Sr. depoente pede maiores esclarecimentos sobre o vencimento de 15 salários que recebe o interventor. O Sr. Aldo Laval diz que não são pagos e sim acumulados. O último interventor Dr. Francisco Gebran está creditado. O Sr. Deputado Darcy Deitos, com a palavra pergunta o que impede que a Associação dos Servidores públicos ponha em funcionamento a Cooperativa. Em resposta o depoente diz que o INCRA impede, uma vez que a Cooperativa tem seu alvará cassado por aquele órgão Federal. O Deputado Darcy Deitos diz que pelo exposto chega-se à conclusão clara que trata-se de um Ato de Força. Por outro lado comenta que é um absurdo uma cooperativa de consumo estar afeta ao Incra e chega-se à conclusão de que neste País não existe democracia plena, onde o desrespeito à Justiça chega a ser gritante e suas decisões não são acatadas. Com a palavra o Sr. Aldo Laval diz que no Congresso Nacional dos Servidores, realizado em Curitiba apresentou tese, sugerindo a criação de uma Comissão para estudar a situação das cooperativas de consumo e que estas fossem desvinculadas do Incra e esta foi aprovada por unanimidade. O Sr. Deputado Darcy Deitos pergunta sobre o imóvel que pertencia à Cooperativa e qual é o seu valor hoje. Em resposta diz o depoente que este foi desapropriado e passou para a Café do Paraná e quanto ao seu valor, avaliado pela Justiça

hoje está em torno de 25 milhões de cruzeiros. O Sr. Presidente pergunta quem eram na época o Governador e o Presidente da Café do Paraná. O depoente responde que o Governador era Jayme Canet Jr. e quanto ao Presidente da Café do Paraná não tem lembrança. Comenta ainda que hoje ninguém está em condições de receber o imóvel, uma vez que a Cooperativa está acéfala. Pela ordem, o Sr. Deputado Darcy Deitos pede a palavra para fazer algumas considerações. Inicialmente diz que o Cooperativismo brasileiro está a serviço dos interesses do capitalismo internacional e todas as outras finalidades passam para plano secundário. Por estas razões as únicas cooperativas que merecem atenção são aquelas que visam a produção, enquanto as demais e cita o exemplo das cooperativas de eletrificação rural, onde existe de fato interesse social, o conforto, melhores condições de vida, não merecem a mínima atenção e ainda são boicotadas. E diz ainda que o exemplo desta Cooperativa de consumo que visa beneficiar servidores públicos. Numa palavra o governo boicota todas as cooperativas que não digam diretamente respeito à produção. Finalizando diz que o depoimento do Sr. Aldo Laval será valioso para a elaboração do relatório final da CPI. O Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Aldo Laval e seus companheiros de trabalho e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra dá por encerrados os trabalhos da presente reunião da qual para constar lavrei a presente Ata que vai por mim, Francisco Dranka e pelo Sr. Presidente devidamente assinada, para os efeitos legais.

aa) DAVID CHERIEGATE  
Presidente  
FRANCISCO DRANKA  
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
9.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta, reuniu-se sob a Presidência do Deputado Quielse Crisóstomo a Comissão de Finanças. Contando com a presença dos Deputados Membros e Suplentes da Comissão e outros Srs. Deputados cujas presenças foram anotadas em separado para posterior envio ao Sr. Primeiro Secretário deste Poder, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada houvesse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados e aprovados os seguintes projetos: Projeto de Lei n.º 30/77 de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira que autoriza o Poder Executivo doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, o lote de terreno que especifica, localizado no perímetro urbano do Município de Itapejara D'Oeste. Relator Deputado Del Ciel, parecer contrário — aprovado. Projeto de Lei n.º 110/79 de autoria do Deputado David Cheriegate, atribuindo Gratificação de Produtividade aos integrantes da carreira de Toxicologista do Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil. Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião e para constar eu, Nelson Sílvia Salles lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO  
Presidente  
NELSON SILVIO SALLES  
Secretário